

Campus Porto Velho Zona Norte
Coordenação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência
na Educação Profissional e Tecnológica

LEONARDO ALEXANDRINO DE ALMEIDA

ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:
DESAFIOS NOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO IFES – CAMPUS
BARRA DE SÃO FRANCISCO

PORTO VELHO

2026

LEONARDO ALEXANDRINO DE ALMEIDA

**ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:
DESAFIOS NOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO IFES – *CAMPUS*
BARRA DE SÃO FRANCISCO**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, junto ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação da professora Maria Ivanilse Calderon Ribeiro.

PORTO VELHO
2026

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Almeida, Leonardo Alexandrino de.

Acesso e permanência na Educação Profissional: desafios nos cursos técnicos subsequentes do IFES - Campus Barra de São Francisco / Leonardo Alexandrino de Almeida. - Porto Velho, 2026. 29 f. : il.

Orientador(a): Profª Maria Ivanilse Calderon Ribeiro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2026.

1. educação profissional e tecnológica. 2. ocupação de vagas. 3. evasão escolar. 4. permanência e êxito. 5. estudo de caso. I. Ribeiro, Maria Ivanilse Calderon (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Gizele de Melo Viana, CRB-11/914

LEONARDO ALEXANDRINO DE ALMEIDA

**ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:
DESAFIOS NOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO IFES – CAMPUS
BARRA DE SÃO FRANCISCO**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, junto ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação da professora Maria Ivanilse Calderon Ribeiro.

Aprovado em: 30/03/2026 pela banca examinadora.

Maria Ivanilse Calderon Ribeiro

Aline Rosa Gomes

Palla Vieira Rodrigues

ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS NOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO IFES – CAMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO

RESUMO: A baixa ocupação de vagas em cursos técnicos subsequentes, mesmo em áreas com alta empregabilidade, representa um desafio estratégico para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Este artigo analisa os fatores que contribuem para evasão e ociosidade de vagas no IFES – *Campus* Barra de São Francisco e propõe estratégias institucionais de enfrentamento. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou a análise documental de editais, projetos pedagógicos e relatórios institucionais do período de 2024 a 2026, integrando-os ao memorial reflexivo da prática docente do autor. Os resultados evidenciaram fragilidades na divulgação institucional frente à cultura digital, descompasso entre a oferta educativa e o arranjo produtivo local, além de barreiras socioeconômicas que dificultam a conciliação entre trabalho e estudo. Identificou-se que a ociosidade é agravada pela ausência de suporte logístico específico para o turno noturno, resultando na classificação automática de candidatos por falta de concorrência. Como resposta, o estudo apresenta uma sugestão de campanha digital e um modelo de termo de cooperação com empresas regionais. A pesquisa demonstra que a ocupação efetiva de vagas exige uma gestão educacional alinhada às condições materiais dos estudantes e às demandas do território. Conclui-se que as intervenções propostas possuem potencial para otimizar o uso da infraestrutura pública e fortalecer o papel social da instituição no noroeste capixaba.

PALAVRAS-CHAVE: educação profissional e tecnológica; ocupação de vagas; evasão escolar; permanência e êxito; estudo de caso.

ABSTRACT: The low enrollment rates in subsequent technical programs, even in fields with high employability, pose a strategic challenge for Professional and Technological Education (EPT). This article analyzes the factors contributing to dropout rates and unfilled seats at IFES – Barra de São Francisco Campus and proposes institutional strategies to address these issues. The qualitative study utilized a documentary analysis of public notices, pedagogical projects, and institutional reports from 2024 to 2026, integrating them with the author's reflective account of teaching practice. The results revealed weaknesses in institutional outreach regarding digital culture, a mismatch between educational offerings and the local productive sector, as well as socioeconomic barriers that hinder the reconciliation of work and study. It was found that vacancy rates are exacerbated by the lack of specific logistical support for the evening shift, resulting in the automatic admission of candidates due to a lack of competition. In response, the study proposes a digital campaign and a model for a cooperation agreement with regional companies. The research demonstrates that the effective filling of vacancies requires educational management aligned with students' material conditions and the demands of the region. It is concluded that the proposed interventions have the potential to optimize the use of public infrastructure and strengthen the institution's social role in the northwest of Espírito Santo.

KEYWORDS: professional and technological education; enrollment; school dropout; permanence and success; case study.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desempenha um papel estratégico na formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho e na constituição de cidadãos críticos e reflexivos sobre sua atuação na sociedade. No âmbito das políticas públicas educacionais, a EPT funciona como um instrumento fundamental para o desenvolvimento social e econômico, especialmente em contextos marcados por desigualdades regionais e pela crescente necessidade de qualificação da força de trabalho.

Entretanto, a baixa ocupação de vagas em cursos técnicos subsequentes configura-se como um paradoxo no cenário da EPT brasileira: enquanto a sociedade e o setor produtivo demandam mão de obra especializada, muitas instituições enfrentam dificuldades para preencher turmas e garantir a permanência dos discentes. Esse fenômeno não apenas impacta a eficácia das políticas públicas de formação profissional, mas gera subutilização da infraestrutura física e do corpo docente, resultando em desperdício de recursos públicos.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender as razões por trás desse descompasso entre a demanda social por formação técnica e a baixa taxa de ocupação efetiva nos cursos ofertados. Tal discussão está intrinsecamente ligada ao fenômeno da evasão escolar, entendida como a saída definitiva do estudante antes da conclusão do curso, o que acarreta graves consequências sociais e econômicas (Araújo; Correia, 2023). Pesquisas em diferentes contextos da Rede Federal indicam que a necessidade de trabalhar e a dificuldade de conciliar o estudo com a jornada laboral são os principais obstáculos para a consolidação da trajetória acadêmica na modalidade subsequente (Araújo; Correia, 2023; Moreira *et al.*, 2021).

Este problema de ociosidade de vagas não é exclusivo do ensino técnico, manifestando-se também no ensino superior federal, onde a falta de políticas institucionais de acesso e permanência reforça o caráter estrutural da ociosidade de vagas (Bergo *et al.*, 2023). Diante desse cenário, surgem os seguintes questionamentos: Por que cursos técnicos com elevada empregabilidade não atraem candidatos suficientes? Quais barreiras informativas, logísticas ou socioeconômicas afastam potenciais estudantes?

Como objeto de estudo, esta pesquisa analisa a evasão e a taxa de ocupação de vagas nos cursos técnicos subsequentes ofertados pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) – *Campus* Barra de São Francisco. A escolha deste recorte justifica-se pela vivência profissional do pesquisador como docente na instituição e pela possibilidade de aprofundamento analítico em uma realidade regional marcada por um forte Arranjo Produtivo Local (APL) voltado para logística, pedras ornamentais e agropecuária, onde a carência de preenchimento de vagas torna-se um desafio premente.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os fatores que contribuem para a evasão e baixa taxa de ocupação de vagas nos cursos técnicos subsequentes do IFES – *Campus* Barra de São Francisco e propor estratégias institucionais de enfrentamento. Para atingir este propósito, definiram-se os seguintes objetivos específicos: **a)** Identificar, por meio de análise documental, os indicadores de ocupação de vagas e os principais obstáculos ao preenchimento das turmas no *campus*; **b)** Analisar as estratégias de divulgação e acesso adotadas pela instituição sob a ótica da cultura digital; **c)** Propor ações de intervenção que articulem os conhecimentos da gestão educacional com a realidade diagnosticada.

A pesquisa justifica-se por seu caráter prático e aplicado e, sobretudo por sua densidade analítica. Este estudo expande o debate acadêmico ao reinterpretar o conceito de dualidade histórica da educação brasileira a partir de um recorte regional, evidenciando como a modalidade subsequente permanece tensionada pelas urgências materiais e pelo desafio da sobrevivência do estudante-trabalhador. Ao diagnosticar as causas da baixa procura, torna-se possível propor intervenções concretas, como campanhas de divulgação mais eficazes e o fortalecimento de parcerias com o setor produtivo regional. O trabalho busca contribuir não apenas para a produção de conhecimento acadêmico sobre a EPT, mas também para o aprimoramento da gestão educacional nas instituições federais.

Além desta introdução, o artigo está organizado em seções que apresentam a metodologia de abordagem qualitativa pautada na análise documental e memorial reflexivo; a fundamentação teórica sobre os desafios da modalidade subsequente e

as políticas de permanência; a apresentação e discussão dos resultados categorizados; e, por fim, as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa (Gil, 2008), combinando análise documental com a produção de um memorial reflexivo (Buogo; Castro, 2013), visou compreender os fatores que impactam a evasão e a ocupação de vagas em cursos técnicos subsequentes na EPT, especificamente no Instituto Federal do Espírito Santo, *campus* Barra de São Francisco.

O estudo se desenvolveu em quatro etapas principais, articulando fundamentação teórica, investigação empírica de caráter documental e reflexão sobre a prática profissional, por fim, organização e apresentação dos resultados, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1- Etapas da pesquisa



Fonte: Autor, 2026.

Inicialmente, buscou-se a fundamentação teórica para o problema estudado, identificando como a questão é abordada na literatura acadêmica. A segunda etapa consistiu em uma análise documental de fontes primárias e secundárias. Foram analisados os seguintes documentos institucionais do IFES – *Campus* Barra de São Francisco, contemplando documentos elaborados entre 2024 e 2026:

- Edital do processo seletivo para o curso técnicos subsequentes IFES – *Campus* Barra de São Francisco (IFES, 2024a);

- Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso técnico subsequente em logística vigente no período (IFES, 2024b);
- Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso técnico subsequente em agropecuária vigente no período (IFES, 2024c);
- Nota Informativa nº 1: PS 146/2024 - Técnico em Agropecuária e Técnico em Logística – Subsequentes (IFES, 2024d).
- Relatórios internos de matrícula e de frequência com dados sobre número de vagas ofertadas, candidatos inscritos, alunos matriculados e alunos frequentes no primeiro e segundo semestres de 2025 e primeiro semestre de 2026 (IFES, 2026).

O recorte temporal justifica-se por coincidir com a atuação do pesquisador na instituição, permitindo maior familiaridade com o contexto. Os dados foram organizados em planilhas e analisados à luz dos referenciais teóricos sobre evasão e acesso na EPT, buscando identificar padrões recorrentes.

A terceira etapa integra a produção de um memorial reflexivo, no qual foram registradas e analisadas as experiências profissionais do pesquisador em relação ao tema, articulando com as temáticas abordadas ao longo do curso de especialização. Esse exercício de autoanálise, fundamentado nas unidades temáticas cursadas na especialização, serviu para cruzar a teoria com a prática, destacando situações concretas que ilustram as causas da baixa ocupação nos cursos analisados.

Na quarta e última etapa, os elementos identificados nas análises documental e reflexiva foram sistematizados com vistas à proposição de estratégias de intervenção. Como resultado principal foi elaborada uma proposta de intervenção voltada ao aprimoramento das ações de divulgação dos cursos técnicos subsequentes no *campus*. Adicionalmente, foi proposta a adoção de um modelo de termo de cooperação entre instituições de ensino e empresas locais, visando criar incentivos para a matrícula, como bolsas ou garantia de estágios.

Ressalta-se que a pesquisa se limita a fontes secundárias e à experiência do pesquisador, sem aplicação formal de questionários ou entrevistas estruturadas, o que dispensa a submissão ao comitê de ética em pesquisa. Contudo, a triangulação entre documentos oficiais, literatura especializada e reflexão crítica confere robustez às conclusões.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A EPT no Brasil consolidou-se como um campo de disputas e contradições que refletem a própria estrutura social do país. Para fundamentar a análise da baixa ocupação de vagas e da evasão no IFES – *Campus* Barra de São Francisco, esta seção articula as raízes históricas da rede federal, o perfil socioeconômico do aluno-trabalhador na modalidade subsequente e os desafios institucionais contemporâneos, perpassando pela cultura digital e pelas políticas de permanência e êxito.

3.1 Bases Históricas da EPT e a Identidade do Aluno na Modalidade Subsequente

A trajetória da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica remonta ao início do século XX, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices por meio do Decreto nº 7.566 (Brasil, 1909). Originalmente, essas instituições foram destinadas às "classes menos favorecidas", com a justificativa explícita de afastar os "desvalidos da fortuna" da ociosidade e do crime (Brasil, 1937; Moreira *et al.*, 2021). Essa gênese consolidou a chamada dualidade histórica da educação brasileira, que divide o sistema de ensino entre uma formação voltada ao trabalho manual para as classes populares e outra destinada à formação intelectual e à gestão da sociedade para as classes dominantes (Brasil, 2014; Santos; Santos, 2023).

Embora a criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892 (Brasil, 2008) tenha buscado romper com essa dicotomia ao propor a formação humana integral, a modalidade subsequente ainda carrega as marcas dessa herança histórica. Destinada a jovens e adultos que já concluíram o ensino médio, essa modalidade é frequentemente tensionada pela necessidade de uma qualificação profissional aligeirada para a inserção imediata no mercado de trabalho (Moreira *et al.*, 2021; Santos; Santos, 2023).

O perfil do estudante que acessa os cursos subsequentes é marcado pela vulnerabilidade socioeconômica. Pesquisas indicam que a maioria desse público se situa na faixa da juventude adulta, entre 20 e 29 anos, sendo predominantemente do gênero feminino e autodeclarado preto ou pardo (Santos; Santos, 2023). Além disso, a condição econômica familiar de mais de 77% desses estudantes é de até um salário-mínimo e meio per capita (Santos; Santos, 2023). Para esse sujeito, frequentemente

denominado aluno-trabalhador, o curso técnico é visto como uma estratégia de sobrevivência e uma tentativa de escapar do desemprego estrutural que atinge severamente essa faixa etária (Moreira *et al.*, 2021; Santana, 2016).

3.2 A Fenomenologia da Evasão e o Paradoxo do Trabalho

A evasão escolar na EPT é um fenômeno complexo e multicausal, definido como a saída definitiva do estudante do ambiente escolar antes da conclusão do processo formativo (Brasil, 2014; Moreira *et al.*, 2021). Dados nacionais indicam que a ociosidade de vagas e o abandono são problemas crônicos no sistema federal; em 2021, cerca de quatro quintos das mais de 107 mil vagas remanescentes nas instituições federais não foram preenchidas (Bergo *et al.*, 2023). Na modalidade subsequente, as taxas de evasão chegam a ser o dobro das registradas no ensino médio integrado (Santos; Santos, 2023).

A evasão e a ociosidade de vagas na Rede Federal representam um desafio que ultrapassa a esfera pedagógica, atingindo a gestão de recursos públicos. De acordo com Alvarez (2020), o investimento em educação é frequentemente questionado quando há parcelas expressivas de desistência, sendo que o abandono escolar deve ser lido como um custo real para o Estado. Isso ocorre porque o estudante evadido ocupou uma vaga que poderia ter sido de outro candidato e, ao sair após o início das aulas, impede que a instituição realize novas chamadas, gerando ociosidade de infraestrutura e de pessoal que não pode ser imediatamente corrigida.

O paradoxo central da evasão reside na relação contraditória entre educação e trabalho. Enquanto a busca por emprego é o principal motivador para o ingresso nos cursos técnicos, a necessidade imediata de renda e a exaustão física decorrente da jornada laboral tornam-se os maiores obstáculos para a permanência (Araújo; Correia, 2023; Santos; Santos, 2023). Esse fenômeno é descrito como a "exclusão da exclusão" ou dupla exclusão: o sujeito é primeiro excluído de uma educação básica consistente e, posteriormente, é impedido de concluir a formação técnica por não conseguir conciliar o tempo exigido pela escola com a necessidade de sobrevivência material (Santana, 2016; Santos; Santos, 2023).

Além do fator trabalho, a evasão é influenciada por causas internas e externas. Fatores como a falta de transporte gratuito no período noturno, a distância entre a residência e o *campus*, e a carência de suporte financeiro agravam a situação de risco (Dore; Luscher, 2011; Menegaz *et al.*, 2023). Internamente, currículos engessados, metodologias tradicionais e a falta de identificação com o perfil do curso contribuem para a desmotivação estudantil (Dore; Luscher, 2011; Meira, 2015). A ociosidade de vagas, portanto, reflete não apenas o desinteresse individual, mas uma falha das instituições em adaptar sua estrutura às condições reais de existência de seu público-alvo (Bergo *et al.*, 2023; Figueiredo; Salles, 2017).

3.3 Desafios Institucionais: Território, Comunicação e Permanência

Para que a educação profissional atue como vetor de transformação social, as instituições devem alinhar sua oferta aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e às potencialidades de desenvolvimento socioeconômico do território (Brasil, 2008; Moreira *et al.*, 2021). Entretanto, a baixa ocupação de vagas em cursos como Logística e Agropecuária, mesmo em regiões com forte vocação para esses setores, sugere um descompasso entre o desenho curricular e as demandas reais do mercado local ou as expectativas de empregabilidade dos alunos (Moreira *et al.*, 2021).

A fragilidade na comunicação institucional também figura como uma barreira de acesso. Muitas instituições ainda dependem de canais tradicionais de divulgação, ignorando as linguagens da cultura digital (Bergo *et al.*, 2023). A ausência de estratégias eficazes em redes sociais limita a visibilidade dos cursos gratuitos para o público jovem, que consome informação prioritariamente por meios virtuais (Bergo *et al.*, 2023).

Diante deste cenário, as políticas de permanência e êxito tornam-se indispensáveis. O Plano Nacional de Assistência Estudantil, regulamentado pelo Decreto nº 7.234 (Brasil, 2010), visa democratizar as condições de permanência por meio de auxílios para transporte, alimentação e moradia. Contudo, a literatura reforça que o suporte financeiro, embora essencial, deve ser acompanhado por ações pedagógicas e pelo suporte contínuo de equipes multidisciplinares capazes de realizar intervenções rápidas para evitar o abandono (Araújo; Correia, 2023; Meira, 2015). A retenção do aluno na EPT exige uma gestão educacional que compreenda a

centralidade do trabalho na vida do estudante e ofereça caminhos para que ele conclua seu processo formativo com dignidade (Santos; Santos, 2023).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização do local de estudo

A experiência analisada neste estudo situa-se no IFES, especificamente no *Campus* Barra de São Francisco (Figura - 2), localizado no município de Barra de São Francisco, na região noroeste do estado do Espírito Santo. O *campus* integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada com o objetivo de ampliar o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico das regiões onde está inserido (IFES, 2024e). Informações institucionais e acadêmicas sobre o *campus* podem ser consultadas no site oficial da unidade: <https://saofrancisco.ifes.edu.br/>.

Figura 2 - IFES - *Campus* Barra de São Francisco



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=u5iG97yX4ml>, 2026.

O *campus* Barra de São Francisco foi implantado no contexto da expansão da Rede Federal ocorrida na década de 2010. Suas atividades acadêmicas tiveram início em 2014, inicialmente em instalações provisórias, resultado de parceria com o poder público municipal. Posteriormente, a unidade passou a contar com estrutura própria, consolidando-se como um importante polo regional de formação profissional e tecnológica (IFES, 2024e).

Atualmente, o campus está localizado na Rodovia ES-320, km 118, na zona rural do município, em uma área destinada ao desenvolvimento de atividades de

ensino, pesquisa e extensão. A infraestrutura institucional inclui salas de aula, laboratórios e espaços administrativos que possibilitam a oferta de cursos técnicos e outras atividades formativas voltadas às demandas educacionais e produtivas da região (IFES, 2024e).

A atuação do campus busca dialogar com os arranjos produtivos locais, especialmente nos setores de comércio, agricultura e exploração de rochas ornamentais, atividades econômicas relevantes na região noroeste capixaba. Nesse sentido, o IFES – *Campus Barra de São Francisco* assume papel estratégico na formação de profissionais qualificados e na promoção de oportunidades educacionais para jovens e trabalhadores da região (IFES, 2024e).

Assim, a experiência analisada neste estudo está situada em um contexto institucional marcado pela expansão da educação profissional pública e pelo compromisso com o desenvolvimento regional, constituindo um espaço relevante para a análise das políticas e práticas relacionadas ao acesso, à ocupação de vagas e à permanência de estudantes na EPT.

4.2 Diagnóstico da Ocupação de Vagas e a Crise da Procura

Os documentos oficiais do *campus* evidenciam uma realidade preocupante no que tange ao preenchimento das turmas. De acordo com a Nota Informativa nº 1 do Edital PS 146/2024, o número de inscritos para os cursos técnicos subsequentes em Logística e Agropecuária para o semestre 2025/1 foi inferior ao total de 40 vagas disponíveis para cada curso. Esse dado é alarmante, pois resultou na dispensa de sorteio e na classificação automática de todos os candidatos que atenderam aos critérios básicos, confirmando que a instituição não conseguiu atrair candidatos suficientes sequer para gerar concorrência. O Quadro 1 apresenta uma síntese da ocupação de vagas nos cursos técnicos subsequentes do IFES – *Campus Barra de São Francisco* no período analisado.

Quadro 1 - Ocupação de vagas IFES – *Campus Barra de São Francisco*

Curso	Vagas 2025/1	Matrículas Confirmadas	Evasão	% vagas ocupadas no último semestre
Técnico em Logística	40	30	18	30% ¹
Técnico em Agropecuária	40	29	16	32,5% ²

¹ 12 estudantes concluíram o curso em 2025.

² 13 estudantes permaneceram frequentes no primeiro semestre de 2026.

Fonte: IFES, 2026.

Esse cenário local converge com os achados de Moreira *et al.* (2021) no IFPA – *Campus* Altamira, onde, embora houvesse procura inicial, os índices de evasão chegavam a 61,6%, com picos de 84,6% em cursos específicos. No IFES, o problema manifesta-se antes mesmo do ingresso efetivo. A análise do curso de logística em 2025/1 revelou que, das 40 vagas ofertadas, apenas 30 foram ocupadas inicialmente, somente 14 alunos mantiveram frequência regular ao final do primeiro período e apenas 12 concluíram o curso, ao final de 2025. Conforme aponta Bergo *et al.* (2023), o aumento de vagas remanescentes nas instituições federais é um problema estrutural que gera subutilização de infraestrutura e desperdício de recursos públicos, exigindo uma reavaliação das políticas de acesso e permanência.

O cenário identificado no IFES – *Campus* Barra de São Francisco, exemplifica a problemática das 'vagas mortas' discutida por Alvarez (2020). O autor argumenta que a evasão, especialmente na modalidade subsequente, gera um desperdício de recursos para o qual muitas vezes não existem mecanismos de reposição imediata. No caso em tela, a baixa ocupação inicial e o abandono subsequente confirmam que a falta de suporte à permanência não apenas prejudica a trajetória do aluno, mas compromete a eficiência da unidade em cumprir sua missão institucional de formação profissional.

4.3 Fragilidades na Divulgação e o Desafio da Cultura Digital

A análise dos editais, como o PS 146/2024 (IFES, 2024a), revela que a estratégia de divulgação institucional ainda se baseia em métodos tradicionais, focados no site oficial e em murais físicos. Essa constatação, cruzada com as reflexões da unidade temática "Cultura Digital", aponta para uma desconexão entre a escola e o público jovem e trabalhador, que consome informação prioritariamente via redes sociais. O memorial reflexivo do pesquisador corrobora essa falha, relatando que, em diálogos na comunidade de Barra de São Francisco, muitos moradores desconheciam a gratuidade dos cursos noturnos ou acreditavam que o IFES atendia apenas alunos em idade escolar regular.

Bastos e Gomes (2014) reforçam que a falta de esclarecimento adequado sobre os cursos no momento da inscrição contribui para a desmotivação posterior. Se o potencial aluno não compreende as vantagens competitivas da formação técnica ou

seguir é alcançado pela divulgação, a ocupação das vagas torna-se inviável. A literatura sugere que a EPT deve ocupar os espaços virtuais de forma estratégica para democratizar o acesso à informação.

4.4 O Paradoxo do Arranjo Produtivo Local (APL)

Uma contradição central identificada no estudo é o descompasso entre a vocação econômica da região e a ocupação dos cursos. O PPC do curso de logística (IFES, 2024b) justifica sua oferta baseando-se em dados da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, que indicam a existência de 1.686 empresas e 7.001 empregados com carteira assinada em Barra de São Francisco, com forte atuação nos setores de rochas ornamentais, comércio e agronegócio. Além disso, uma pesquisa de demanda realizada em 2024 com 448 participantes indicou que o curso de logística era o mais desejado (39,1%) (IFES, 2024b).

No entanto, essa "demanda reprimida" não se traduz em turmas lotadas. Moreira *et al.* (2021) explicam que a baixa ocupação muitas vezes deriva da percepção do aluno sobre a utilidade prática imediata da formação frente às exigências reais do mercado de trabalho local. Se o currículo não dialoga com as transformações tecnológicas do setor produtivo regional, o curso perde atratividade. A discussão baseada na unidade "Trabalho-Educação" ressalta que a oferta de cursos deve ser precedida de estudos sistemáticos sobre o território, para que o desenho pedagógico responda às necessidades materiais do aluno e das empresas locais, conforme argumentado por Moreira *et al.* (2021).

4.5 Barreiras Socioeconômicas: A "Exclusão da Exclusão"

A análise documental dos relatórios de frequência indica que a incompatibilidade de horários é o principal fator de insucesso. Os cursos são ofertados no turno noturno para atender ao aluno-trabalhador, mas este público enfrenta jornadas exaustivas e dificuldades logísticas. No IFES Barra de São Francisco, o transporte é de responsabilidade exclusiva do aluno, conforme previsto no item 12 do edital de ingresso (IFES, 2024a) ou de parcerias municipais incertas, o que se torna

um impeditivo para quem reside em áreas rurais ou cidades vizinhas como Ecoporanga e Água Doce do Norte.

Santos e Santos (2023) caracterizam os sujeitos da modalidade subsequente como pertencentes aos estratos mais oprimidos da classe trabalhadora, majoritariamente de baixa renda e, em muitos contextos, do gênero feminino e raça negra. Para esses estudantes, a educação profissional é vista como uma tábua de salvação contra o desemprego, mas a mesma precariedade financeira que os motiva a buscar o curso os obriga a abandoná-lo quando surge uma oportunidade de trabalho imediata ou quando o custo do transporte se torna insustentável.

Essa realidade configura o que Santana (2016) denomina como "dupla exclusão": o sujeito é excluído primeiro da educação básica de qualidade e, posteriormente, da formação técnica por não conseguir conciliar a sobrevivência material com o tempo exigido pela escola. Araújo e Correia (2023) destacam que a necessidade de trabalhar foi a principal motivação para a evasão em estudos de caso similares, reforçando que o problema da ocupação de vagas é, antes de tudo, um problema social de falta de suporte financeiro e logístico.

4.6 Limitações Estruturais e Políticas de Permanência

A pesquisa revela que a ausência de políticas de assistência estudantil robustas e específicas para o perfil da modalidade subsequente no *campus* agrava a ociosidade das vagas. Embora o PPC de Agropecuária (IFES, 2024c) mencione o apoio da Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar (CAM), o foco muitas vezes recai sobre o atendimento emergencial e não em bolsas de permanência que garantam o transporte e a alimentação do aluno noturno.

Menegaz *et al.* (2023), em estudo realizado no IFRO, demonstraram que o rendimento e a permanência estão diretamente ligados à renda familiar e ao tipo de transporte utilizado, evidenciando que alunos que dependem de transporte público ou particular oneroso têm maior risco de abandono. Portanto, a baixa taxa de ocupação no IFES Barra de São Francisco não deve ser lida como desinteresse da comunidade, mas como uma falha institucional em adaptar sua estrutura às condições reais de vida do seu público-alvo. A ociosidade de vagas, conforme Figueiredo e Salles (2017),

reflete também a falta de investimento em políticas públicas eficazes de retenção dentro das próprias instituições.

4.7 Estratégias de Intervenção Institucional

A partir do diagnóstico multifatorial realizado nas subseções anteriores, que identificou as fragilidades na comunicação, o descompasso com o território e as barreiras socioeconômicas, esta pesquisa propõe três eixos estratégicos de intervenção para o IFES – *Campus* Barra de São Francisco. Estas ações foram desenhadas para mitigar o problema da baixa ocupação de vagas e da evasão, articulando a gestão educacional com a realidade prática do *campus*.

4.7.1 Aprimoramento da Comunicação e Inserção na Cultura Digital

A primeira proposta consiste na implementação de um protótipo de campanha digital focado em redes sociais. A análise dos editais, como o PS 146/2024, demonstrou que a divulgação tradicional em sites e murais não atinge efetivamente o público jovem e trabalhador. A proposta prevê a criação de conteúdos audiovisuais curtos e informativos, com linguagem acessível, para plataformas como Instagram e WhatsApp, destacando a gratuidade total dos cursos e as vantagens competitivas da formação técnica para a carreira profissional.

Esta ação visa mitigar a lacuna informativa identificada no memorial reflexivo, onde foi constatado que moradores desconheciam a oferta de cursos noturnos. Conforme Bergo *et al.* (2023), as instituições federais precisam ocupar os espaços virtuais de forma estratégica para democratizar o acesso e reduzir a ociosidade de vagas (Bergo *et al.*, 2023; Bastos; Gomes, 2014) gerada pelo desconhecimento social da instituição.

4.7.2 Fortalecimento de Parcerias via Termos de Cooperação

O segundo eixo de intervenção foca no alinhamento entre a escola e o Arranjo Produtivo Local (APL). Propõe-se a elaboração de um modelo de termo de cooperação entre o IFES e as principais empresas dos setores de rochas ornamentais, comércio e agronegócio de Barra de São Francisco. O objetivo é formalizar parcerias que garantam a reserva de vagas de estágio para os estudantes

e, em contrapartida, oferecer assessoria técnica ou cursos de extensão direcionados para os trabalhadores dessas empresas.

Essa estratégia ataca diretamente o paradoxo do descompasso entre oferta e demanda: ao estreitar laços com o setor produtivo, aumenta-se a percepção de utilidade prática da formação, fator decisivo para a permanência. Como apontado por Moreira *et al.* (2021), a identificação entre o currículo e as exigências do mercado local é fundamental para reduzir a desmotivação e o abandono do curso.

4.7.3 Políticas de Assistência Estudantil e Permanência Direcionadas

Por fim, recomenda-se a revisão e o fortalecimento das políticas de assistência estudantil com foco específico no perfil do aluno da modalidade subsequente. A proposta inclui a criação de auxílios-permanência específicos para estudantes matriculados no período noturno, contemplando subsídios para transporte e alimentação. Dado que o transporte para o *campus* é de responsabilidade do aluno e muitos residem em áreas rurais ou municípios vizinhos, o suporte financeiro torna-se um divisor de águas entre a desistência e a conclusão.

Esta intervenção fundamenta-se na necessidade de considerar a centralidade do trabalho na vida do estudante. Conforme Araújo e Correia (2023), sem políticas que mitiguem o desgaste físico e financeiro da jornada dupla (trabalho-estudo), a modalidade subsequente continuará a reproduzir a "exclusão da exclusão". Assim, as ações de permanência agem como um mecanismo de justiça social, garantindo que o direito ao acesso se converta em êxito acadêmico.

A análise dos dados coletados no IFES – *Campus* Barra de São Francisco, consubstanciada pela triangulação entre a análise documental, a revisão bibliográfica e o memorial reflexivo do pesquisador, revela um cenário complexo em que a baixa ocupação de vagas nos cursos técnicos subsequentes transcende a mera escolha individual do estudante. Os resultados demonstram que o fenômeno é reflexo de barreiras estruturais, falhas de comunicação institucional e um descompasso histórico entre a oferta educativa e as condições materiais de existência do aluno-trabalhador.

5 Visão geral dos Resultados

A análise dos dados obtidos por meio da triangulação entre análise documental, revisão bibliográfica e memorial reflexivo do pesquisador evidencia que a baixa

ocupação de vagas nos cursos técnicos subsequentes do IFES – *Campus Barra de São Francisco* não pode ser compreendida apenas como resultado de escolhas individuais dos estudantes. Os resultados indicam que o fenômeno está relacionado a fatores estruturais, institucionais e socioeconômicos que influenciam tanto o acesso quanto a permanência dos estudantes na EPT. Apresentamos, no Quadro 2, uma síntese dos resultados da pesquisa

Quadro 2. Síntese dos Resultados da Pesquisa

Dimensão analisada	Principais evidências	Implicações identificadas
Ocupação de vagas	Número de inscritos inferior ao total de vagas ofertadas e alta evasão ao longo dos semestres	Subutilização da infraestrutura institucional e dificuldade de consolidação das turmas
Divulgação institucional	Predomínio de divulgação por site institucional e murais físicos	Baixo alcance das informações junto ao público jovem e trabalhador
Relação com o Arranjo Produtivo Local	Existência de setores econômicos relevantes, mas baixa conversão da demanda potencial em matrículas	Necessidade de maior articulação entre instituição e setor produtivo regional
Barreiras socioeconômicas	Dificuldades de conciliar trabalho e estudo, custos de transporte e deslocamento	Redução da permanência e aumento da evasão
Políticas de permanência	Ausência de auxílios específicos para estudantes da modalidade subsequente noturna	Ampliação do risco de abandono e exclusão educacional

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da pesquisa (2026).

O diagnóstico institucional revelou um cenário de baixa procura e elevada evasão nos cursos técnicos subsequentes, caracterizando um quadro de subutilização das vagas ofertadas. Em alguns casos, o número de candidatos foi inferior ao total de vagas disponíveis, o que eliminou a necessidade de processos classificatórios mais competitivos. Mesmo entre os estudantes matriculados, verificou-se uma redução significativa na frequência ao longo do semestre, indicando dificuldades de permanência.

Outro aspecto identificado refere-se às fragilidades na divulgação institucional. A análise dos editais e dos canais de comunicação do campus indica que a divulgação dos cursos ainda ocorre predominantemente por meios tradicionais, como o site institucional e murais físicos. Essa estratégia limita o alcance das informações ao

público potencial, especialmente jovens e trabalhadores que utilizam principalmente redes sociais como meio de acesso à informação.

Também foi identificado um descompasso entre a oferta educacional e as dinâmicas do APL. Embora existam setores econômicos relevantes na região, como comércio, agronegócio e rochas ornamentais, a demanda potencial por formação técnica nem sempre se converte em matrículas efetivas. Isso sugere a necessidade de maior articulação entre a instituição de ensino e o setor produtivo regional, de modo a fortalecer a percepção da utilidade prática da formação técnica.

Além disso, as barreiras socioeconômicas configuram um dos principais fatores de evasão e baixa permanência. A incompatibilidade entre horários de trabalho e estudo, as dificuldades de deslocamento até o campus e os custos relacionados ao transporte representam obstáculos significativos para estudantes que dependem da conciliação entre trabalho e formação profissional.

Por fim, a análise revelou limitações nas políticas de assistência estudantil direcionadas ao público da modalidade subsequente. A ausência de mecanismos de apoio financeiro e logístico específicos para estudantes do turno noturno contribui para o abandono dos cursos, sobretudo entre aqueles em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou os fatores que contribuem para a evasão e baixa taxa de ocupação de vagas nos cursos técnicos subsequentes do IFES – *Campus* Barra de São Francisco, confirmando que a ociosidade de vagas resulta de uma convergência de fragilidades na comunicação, descompasso com o arranjo produtivo e carência de suporte ao aluno-trabalhador. Os resultados permitiram responder aos objetivos propostos, culminando na elaboração de estratégias práticas que buscam alinhar a instituição às demandas da cultura digital e às necessidades socioeconômicas do território.

A contribuição teórica deste estudo reside na análise da dualidade histórica da educação brasileira sob a lente de um estudo de caso regional, evidenciando como a modalidade subsequente ainda é tensionada pela necessidade de sobrevivência material dos estudantes. Sob o aspecto prático, as propostas de intervenção apresentadas na seção anterior oferecem à gestão educacional ferramentas fundamentais para otimizar o uso da infraestrutura pública e fortalecer o papel social do *campus* no noroeste capixaba.

Como limitações, aponta-se a dependência de fontes secundárias e do memorial reflexivo. Recomenda-se, para estudos futuros, a realização de pesquisas de campo diretas com alunos evadidos para aprofundar a compreensão das subjetividades que envolvem o abandono escolar. Espera-se que este diagnóstico subsidie políticas institucionais que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e o êxito dos cidadãos na EPT.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Karine Rodrigues. Permanência e êxito escolar nos Institutos Federais. **Ensino em Foco**, Salvador, v. 3, n. 6, p. 106-115, set. 2020.

<https://doi.org/10.55847/ef.v3i6.681>

ARAÚJO, Jair Jonko; CORRÊA, Zaira Peres. Evasão na Educação Profissional e Tecnológica: motivações de estudantes evadidos ingressantes no semestre inicial da Pandemia no Curso Técnico em Edificações, forma subsequente, do Câmpus Pelotas do Instituto Federal Sul-rio-grandense. **Ciências Humanas**, v. 22, n. 2, p. 512-529, 2023. <https://doi.org/10.15536/thema.V22.2023.512-529.3255>

BASTOS, Oliver Guimarães Armando; GOMES, Carlos Francisco Simões. A evasão escolar no Ensino Técnico: entendendo e enfrentando as dificuldades – Um estudo de caso do CEFET-RJ. **Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 32, p. 217-234, 2017. [doi10.5935/2238-1279.20160049pdf](https://doi.org/10.5935/2238-1279.20160049pdf)

BERGO, Mirian Marlene de Rezende; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; RIANI, Juliana de Lucena Ruas. Gestão de vagas remanescentes sob a ótica da gestão administrativa das Instituições Federais de Ensino Superior. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 11, p. 1-29, 2023.

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8673493>

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices. Rio de Janeiro, 1909.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento--orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 mar. 2026.

BUOGO, Miriam; CASTRO, Gardenia de. Memorial de formação: um dispositivo de aprendizagem reflexiva para o cuidado em saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 431-449, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://sgmdnute.sites.ufsc.br/setecmateriais/tcc/medias/MEMORIAL%20DE%20FORMA%C3%87%C3%83O.pdf>

FIGUEIREDO, Natália da Silva; SALLES, Denise Medeiros Ribeiro. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Ensaio: aval. pol.**

públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, p. 356-392, 2017.
<https://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500397>

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Edital PS 146/2024**: Processo seletivo para cursos técnicos subsequentes ao ensino médio. Barra de São Francisco: IFES, 2024a.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Logística**. Barra de São Francisco: IFES, 2024b.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária**. Barra de São Francisco: IFES, 2024c.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Nota Informativa nº 1**: PS 146/2024 - Técnico em Agropecuária e Técnico em Logística – Subsequentes. Barra de São Francisco: IFES, 2024d.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Sobre o Campus**: IFES, 2024e. Disponível em: <https://saofrancisco.ifes.edu.br/index.php/sobre-o-campus>. Acesso em 14 mar. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas**. IFES, 2026.

MENEGAZ, Max Uanderson Pereira; GUARDIA, Gleison; ANDRADE, Clayton Ferraz. Evasão Escolar: Estudo do CST ADS IFRO – *Campus* Ji-Paraná. **Lium Concilium**, v. 23, n. 15, 2023. [Doi:10.53660/CLM-2315-23R36](https://doi.org/10.53660/CLM-2315-23R36)

MOREIRA, Larici Keli Rocha; SOUZA, Maria de Fátima Matos de; CASTRO, Regina Celi Alvarenga de Moura. A evasão escolar nos cursos técnicos subsequentes do Instituto Federal do Pará *campus* Altamira. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 1-13, jan.-dez. 2021. <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2021.1.38462>

SANTANA, Erica Dias de Paula. **Motivadores para ingresso, permanência e conclusão de dois cursos técnicos subsequentes no IFPR Campus Curitiba**. 2016. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SANTOS, Shilton Roque dos; SANTOS, Nadia Farias dos. Cursos técnicos subsequentes: evasão e desigualdade social. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 9, n. 28, 2023. <https://doi.org/10.21920/recei.v11i36.7539>

APÊNDICE A – MEMORIAL REFLEXIVO DE FORMAÇÃO

Percorso profissional e aprendizagens na Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica

Leonardo Alexandrino de Almeida

1 INTRODUÇÃO

O presente memorial tem como objetivo registrar e analisar o percurso formativo do autor ao longo da Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, articulando as disciplinas cursadas com a trajetória profissional em diferentes instituições educacionais: Universidade Federal de Juiz de Fora – *Campus* Governador Valadares (UFJF-GV), Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) – *Campus* Barra de São Francisco, e Escola Estadual Alexandre Peixoto da Silva, localizada em Governador Valadares, Minas Gerais.

Ao ingressar no curso de especialização, eu contava com a experiência de 11 anos atuando como administrador na UFJF-GV e expectativa de nomeação para o cargo de professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) do IFES. Ao longo do curso, fui nomeado, tomei posse e escolhi exercer as funções de professor do EBTT no *Campus* Barra de São Francisco. Ainda antes da conclusão do curso, por questões familiares, decidi retornar ao cargo de administrador na UFJF-GV e, concomitantemente, ingressei como professor do ensino técnico na Escola Estadual Alexandre Peixoto da Silva.

Este exercício reflexivo, inspirado na concepção de memorial como dispositivo de aprendizagem reflexiva (Buogo; Castro, 2013), não se pretende um relatório das atividades acadêmicas, mas sim uma autoanálise das transformações operadas pela formação teórica na prática profissional do autor. O foco recai sobre as disciplinas cursadas, os conceitos apreendidos e os modos como esses conceitos ressignificaram a compreensão do problema central que orientou a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): a baixa taxa de ocupação e a evasão nos cursos técnicos subsequentes do IFES – *Campus* Barra de São Francisco.

As disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I, II e III tiveram papel estruturante nesse processo, não apenas como espaços de orientação e sistematização, mas como dispositivos metodológicos que forçaram o autor a sair da reflexão dispersa e avançar para a produção textual organizada. Em TCC I, foi elaborado um projeto de plano de formação que delineou os contornos iniciais da

pesquisa, definindo objeto, objetivos e justificativa. Em TCC II, aprofundou-se a fundamentação teórica por meio da elaboração de fichamentos sobre a temática central – evasão e ocupação de vagas na EPT – e o plano de formação foi expandido, incorporando as primeiras aproximações com a análise documental. Em TCC III, a partir de um diagnóstico realista do estágio em que o trabalho se encontrava, foi elaborado um plano de ação que orientou as etapas finais de escrita, organização dos resultados e proposição de intervenções. Essas três disciplinas funcionaram, assim, como uma espiral reflexiva: cada uma retomava e aprofundava a anterior, permitindo que o memorial aqui registrado e o artigo científico dele decorrente fossem construídos de forma progressiva e não linear. Os assuntos tratados nos demais componentes curriculares também tiveram papel relevante. A Tabela 1 apresenta uma síntese dos assuntos discutidos em cada disciplina e seus impactos no cotidiano profissional, conforme será explicitado ao longo deste memorial.

TABELA 1: DISCIPLINAS E APRENDIZAGENS FORMATIVAS

Disciplina	Principais conceitos aprendidos	Impactos na prática profissional do autor
Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	Cultura digital como ambiente existencial do aluno-trabalhador; necessidade de adequação comunicacional da escola às linguagens das redes sociais.	Reorientação das estratégias de comunicação com alunos, com adoção de canais como WhatsApp e Instagram para divulgação e acompanhamento.
Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I e II	Relação dialética entre trabalho e educação; crítica ao tecnicismo; formação integral (trabalho, ciência, tecnologia, cultura); necessidade de estudos sistemáticos do território para oferta de cursos.	Compreensão do aluno-trabalhador como sujeito de direitos; problematização de currículos instrumentais; defesa de que a oferta educativa seja precedida de diagnóstico do arranjo produtivo local.
A docência na EPT: contingências históricas e práticas inspiradoras	História da EPT no Brasil; dualidade estrutural do ensino; especificidades da modalidade subsequente e suas marcas históricas de exclusão.	Capacidade de nomear e problematizar institucionalmente o tratamento diferenciado dado aos alunos do subsequente em relação ao integrado.

Práticas educativas integradoras na EPT	Integração curricular como postura pedagógica; recusa à fragmentação do conhecimento; projetos integradores.	Identificação da fragmentação curricular como fator de desmotivação discente; implementação de pequenos projetos integradores na prática docente atual.
Práticas educativas inclusivas na EPT	Acessibilidade comunicacional; mecanismos silenciosos de exclusão (horários, linguagem, transporte).	Análise crítica de editais e comunicados institucionais; identificação de barreiras de acesso anteriores ao processo de matrícula.
Práticas educativas na EJA-EPT	Pedagogia da pergunta; currículo baseado na experiência; respeito às trajetórias escolares interrompidas.	Mudança na postura docente: menos exposição teórica inicial, mais escuta das experiências prévias dos alunos.
Práticas educativas para a permanência e êxito discente na EPT	Políticas de assistência estudantil (PNAES); tutoria; flexibilização; permanência como responsabilidade institucional.	Compreensão de que a permanência não se faz com boa vontade individual, mas com política institucional estruturada.
A pesquisa e a extensão no trabalho pedagógico da EPT	Pesquisa como princípio educativo; extensão como diálogo com o território; metodologias participativas.	Ressignificação do TCC como primeiro movimento de pesquisa-ação; proposição de intervenções extensionistas articuladas ao diagnóstico.
Projetos político-pedagógicos, planos de ensino e avaliação da EPT	PPP como instrumento de planejamento participativo; indicadores de evasão e ocupação como metas institucionais.	Leitura crítica dos PPCs; identificação da omissão do problema da evasão como decisão política implícita.

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

2 DESENVOLVIMENTO ANALÍTICO POR DISCIPLINA

2.1 Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica

Esta disciplina promoveu a compreensão de que a cultura digital não se reduz ao uso instrumental de tecnologias em sala de aula, mas configura o ambiente de existência do público-alvo da EPT. Os alunos-trabalhadores que buscam os cursos técnicos subsequentes estão imersos em redes sociais, aplicativos de mensagens e

plataformas de vídeo, onde consomem informação e tomam decisões sobre suas vidas.

Constatou-se, a partir da análise da prática docente no IFES, que os canais institucionais de divulgação – site oficial, murais físicos, editais em PDF – mostravam-se incompatíveis com esses hábitos de consumo informacional. Em diálogos na comunidade de Barra de São Francisco, muitos moradores desconheciam a gratuidade dos cursos noturnos ou acreditavam que o IFES atendia apenas alunos em idade escolar regular. Essa constatação evidenciou a gravidade da falha comunicacional: não se tratava apenas de pouca visibilidade, mas de uma percepção completamente equivocada sobre a própria natureza da instituição e de sua oferta educacional.

A disciplina forneceu subsídios para criticar essa desconexão e para reorientar as estratégias comunicacionais, adotando canais mais adequados ao perfil do aluno-trabalhador. A percepção de que o desconhecimento da comunidade é, ele mesmo, uma barreira de acesso estrutural tornou-se um dos eixos centrais da análise desenvolvida no TCC.

2.2 Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I e II

As duas disciplinas dedicadas à relação trabalho-educação ofereceram os fundamentos teóricos para a crítica ao ensino tecnicista e à redução da formação profissional ao mero treinamento para o mercado. O conceito de formação integral – articulação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura – permitiu ao autor nomear um desconforto que já se manifestava na prática: os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Logística e Agropecuária do IFES enfatizavam excessivamente competências instrumentais, com escassa atenção à formação para a cidadania e ao protagonismo discente.

Um dos aprendizados centrais desta disciplina foi a compreensão de que a oferta de cursos deve ser precedida de estudos sistemáticos sobre o território, para que o desenho pedagógico responda às necessidades materiais do aluno e das empresas locais. No caso do IFES – Campus Barra de São Francisco, embora o Arranjo Produtivo Local (APL) de rochas ornamentais, comércio e agronegócio indicasse demanda potencial por formação técnica em Logística e Agropecuária, a pesquisa de demanda realizada pela instituição não se traduziu em ocupação efetiva

das vagas. Isso sugeriu que o diagnóstico do território não pode ser apenas quantitativo (número de empresas, postos de trabalho), mas precisa qualificar as necessidades formativas sob a ótica dos trabalhadores e empregadores, considerando horários, custos de deslocamento e compatibilidade com a jornada laboral.

A disciplina também forneceu elementos para compreender o aluno-trabalhador não como deficitário ou carente, mas como sujeito que traz consigo saberes da experiência do trabalho, que devem ser valorizados e articulados ao conhecimento científico.

2.3 A docência na EPT: contingências históricas e práticas inspiradoras

O estudo da história da EPT no Brasil revelou a gênese assistencialista e higienista da rede federal, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909 destinadas aos "desvalidos da fortuna". Essa origem deixou marcas que persistem na modalidade subsequente, historicamente tratada como formação aligeirada para quem já está no mercado de trabalho, frequentemente em condições de precariedade.

A disciplina permitiu ao autor compreender que o tratamento diferenciado dado aos alunos do subsequente em relação ao integrado não é uma questão de mérito ou necessidade, mas uma reprodução inconsciente dessa dualidade estrutural. As "práticas inspiradoras" estudadas – horários flexíveis, acompanhamento tutorial, acolhimento – serviram como referências para a proposição de intervenções no TCC.

2.4 Práticas educativas integradoras na EPT

A integração curricular foi abordada não como mero rearranjo de disciplinas, mas como uma postura pedagógica que recusa a fragmentação do conhecimento e busca criar sentido para o aluno. A disciplina permitiu ao autor identificar que a fragmentação curricular do curso de Logística do IFES – disciplinas isoladas, pouca articulação entre teoria e prática – contribuía para a desmotivação discente e para a percepção de que o curso não se conectava com a realidade do trabalho.

Na prática docente atual, em curso técnico em Administração na escola estadual de MG, o autor tem buscado implementar pequenos projetos integradores que conectam disciplinas técnicas entre si e com a realidade do comércio local.

2.5 Práticas educativas inclusivas na EPT

Esta disciplina ampliou a compreensão do autor sobre os mecanismos de exclusão que operam antes mesmo do ingresso do aluno. A acessibilidade comunicacional – ou sua ausência – foi identificada como uma barreira central: editais com linguagem jurídica densa, prazos em formatos confusos, informações essenciais dispersas em anexos extensos. Para o trabalhador que dispõe de poucos minutos diários para acessar informações, essa é uma barreira intransponível.

Além disso, a disciplina tratou de outros mecanismos silenciosos de exclusão: horários que não consideram a jornada de trabalho, ausência de políticas de transporte, inexistência de suporte para estudantes com filhos. Esses elementos foram incorporados à análise da baixa ocupação de vagas no TCC, qualificando o que inicialmente era tratado apenas como "fragilidade na divulgação".

2.6 Práticas educativas na EJA-EPT

A disciplina de EJA-EPT foi particularmente significativa por sua aproximação com a realidade do aluno-trabalhador, público majoritário tanto da EJA quanto da modalidade subsequente. A pedagogia da pergunta – em contraposição à pedagogia da resposta – e a valorização do currículo baseado na experiência ressoaram com a trajetória profissional do autor e com sua história familiar, retomando o próprio histórico de aluno-trabalhador. Essas reflexões fizeram lembrar as próprias dificuldades enfrentadas ao longo de todo o percurso formativo do autor que, desde o ensino fundamental, se deu de forma concomitante com o trabalho.

A disciplina promoveu uma mudança na postura docente: em vez de iniciar os semestres com exposição teórica abstrata, o autor passou a abrir espaço para que os alunos compartilhassem suas experiências de trabalho, seus saberes práticos e suas expectativas em relação ao curso. Essa mudança mostrou-se eficaz para aumentar o engajamento e reduzir a sensação de distanciamento entre o conteúdo escolar e a vida concreta dos alunos.

2.7 Práticas educativas para a permanência e êxito discente na EPT

Esta disciplina ofereceu o arcabouço teórico sobre políticas de assistência estudantil, com ênfase no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e em suas possibilidades e limites na EPT. Aprendizagem central foi a distinção entre ações de apoio pontuais e políticas estruturadas de permanência: a primeira depende da boa vontade de servidores; a segunda, de decisão institucional com alocação de recursos e metas claras.

No IFES, observou-se que a Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar (CAM) atuava majoritariamente no regime de atendimento emergencial. Embora a instituição ofereça bolsas por meio de políticas próprias estas não são suficientes para garantir a permanência do aluno do noturno ou garantir condições adequadas de transporte, alimentação e material. A disciplina permitiu ao autor compreender que a ausência dessas políticas não é um dado natural, mas uma escolha institucional com consequências diretas sobre a evasão.

2.8 A pesquisa e a extensão no trabalho pedagógico da EPT

Esta disciplina ressignificou a relação do autor com o TCC. Até então, o trabalho de conclusão era percebido como uma obrigação acadêmica descolada da prática profissional. A disciplina mostrou que pesquisa e extensão são dois movimentos do mesmo processo: a pesquisa diagnóstica, a extensão intervém. Ambas devem ser realizadas com a comunidade, não sobre ela.

O TCC passou a ser concebido como o primeiro movimento de uma pesquisa-ação mais longa, cujas propostas de intervenção – campanha digital, termo de cooperação com empresas locais – são entendidas como convites à extensão, não como produtos finais. A disciplina também forneceu subsídios para a escolha metodológica do estudo, justificando a combinação entre análise documental e memorial reflexivo como formas legítimas de produção de conhecimento na EPT.

2.9 Projetos político-pedagógicos, planos de ensino e avaliação da EPT

A disciplina tratou do Projeto Político-Pedagógico (PPP) como instrumento de planejamento participativo, não como peça burocrática exigida pelo MEC. Aprendizagem fundamental foi a de que a omissão de determinados problemas nos documentos oficiais constitui, ela própria, uma decisão política.

Ao analisar os PPCs do IFES com as lentes desta disciplina, o autor identificou que o problema da evasão e da ociosidade de vagas não era tratado como central: havia menções genéricas à "necessidade de reduzir a evasão", mas não havia metas, indicadores ou estratégias concretas. Essa omissão, compreendeu o autor, equivale a aceitar a evasão como inevitável. A disciplina sugeriu a necessidade de que os PPPs incorporem explicitamente a taxa de ocupação de vagas como indicador de qualidade institucional.

3 CONCLUSÃO

A trajetória formativa do autor ao longo da Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica promoveu uma transformação substantiva na compreensão do problema da evasão e da baixa ocupação de vagas nos cursos técnicos subsequentes. O que inicialmente se apresentava como uma questão restrita a estratégias de divulgação e ao perfil dos alunos revelou-se, à luz das disciplinas cursadas, um problema estrutural, histórico e político, enraizado na dualidade do ensino brasileiro e reproduzido por mecanismos silenciosos de exclusão.

Cada disciplina ofereceu uma lente analítica distinta, e o conjunto delas permitiu ao autor enxergar a complexidade do fenômeno: a cultura digital não é acessório, mas condição de possibilidade da comunicação com o aluno-trabalhador; a relação trabalho-educação não é externa à sala de aula, mas constitutiva da experiência discente; a permanência não se faz com boa vontade individual, mas com política institucional estruturada; o PPP não é burocracia, mas arena de decisões políticas.

O memorial aqui registrado não encerra o processo formativo, mas o consolida como base para a atuação profissional nas instituições por onde o autor passa – UFJF, escola estadual de MG e, futuramente, onde mais sua trajetória o levar. O TCC intitulado "Acesso e Permanência na Educação Profissional: Desafios nos Cursos Técnicos Subsequentes do IFES – Campus Barra de São Francisco" é um dos frutos dessa formação, mas não o único nem o último. O principal fruto é um olhar transformado sobre a docência na EPT que se pretende também transformador da realidade educacional brasileira.

REFERÊNCIAS

BUOGO, Miriam; CASTRO, Gardenia de. Memorial de formação: um dispositivo de aprendizagem reflexiva para o cuidado em saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 431-449, maio/ago. 2013.